

tanto suscitar uma multiplicidade de lembranças para recuperar o passado, como estimular, para o pesquisador, a formulação de hipóteses quanto ao potencial de comunicação do registro iconográfico.

Em seu elucidativo artigo sobre a família brasileira no século XIX a autora ressalta, numa escrita fluente e suave, a invisibilidade da vida privada nos registros iconográficos: uma mulher de família deveria permanecer no interior da casa. A rua é lugar das escravas e das prostitutas. Ao convento iam as moças rebeldes que namoravam quem não deviam, as esposas temporariamente sozinhas, por motivo da viagem do marido, não faltando também numerosas viúvas ricas que "conscientes das barreiras que as cercariam numa vida autônoma se recolhiam levando consigo bens e até escravaria". As festas religiosas e procissões eram espaços abertos às mulheres, os quais elas ocupavam plena e graciosamente.

Trazendo à luz "o conteúdo simbólico de algumas situações sociais pouco claras", o livro contém a reprodução do fascinante desenho "A Janela", do norte-americano J. Champney Wells. O cenário fronteiriço já imprime uma aura de segredo à figura arquetípica da mulher à janela: nossa personagem foi flagrada entre franjas e brincos, pulseiras e decote, sorriso brejeiro e cartinha à mãe...

A outra comenta como os desenhos de amas-de-leite muitas vezes pintam um relacionamento harmonioso entre o bebê branco e a ama-de-leite, esta frequentemente figurada com roupas européias. Imagem que esconde outras cenas menos apresentáveis, bem mais dramáticas e violentas, devido à situação de exacerbada exploração social e física que vive a ama-de-leite: amamenta entre três ou quatro crianças ao mesmo tempo, às vezes em detrimento de seus próprios filhos. Os jornais da época trazem numerosos anúncios de aluguel de amas-de-leite; fato descrito com indignação por um viajante suíço, Charles Pradez, em 1872.

A prosa cativante de Miriam Moreira Leite vem impregnada de argúcia e sensibilidade. Constitui leitura obrigatória e prazerosa para quem deseja se aprofundar na compreensão crítica da iconografia histórica. Ou simplesmente desenvolver um olhar metodicamente viajante pelos seus álbuns de família.

Maria Luiza Machado Jatobá

INFÂNCIA E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO

Maria Amélia Azevedo e Viviane N. de A. Guerra
(orgs.)

São Paulo: Cortez, 1993

Difícil apresentar este livro a quem quer que seja, sem que eu, como leitora, faça algumas revelações. Pegou-me desprevenida o impacto que ele foi provocando. Sorrateiramente, diga-se.

No princípio, fui convidada a saber sobre Teoria Crítica e Escola de Frankfurt, depois sobre família e rituais satânicos (Partes I e II). Acompanhava com prazer a compreensão facilitada pela escritura simples, comum a todos os autores do livro, especialistas nas suas áreas. Sociólogos, antropólogos, psicólogos, educadores, historiadores, juristas, militantes ou médicos, todos relacionam de forma convincente, de um lado, produção de conhecimento e pesquisa, práticas sociais e religiosidade, leis e infrações e, de outro, o lugar de participação/exclusão que a criança vem ocupando no pensamento moderno e contemporâneo e a disposição à vitimização que este lugar favorece. Sugerem que "alguma coisa tem que ser feita", com ou sem o suficiente respaldo legal e científico.

A Parte III, "Abuso físico e incesto", provoca, no entanto, um giro definitivo: sou pega pelo fígado e, se antes poderia dialogar com o texto ora acrescentando-lhe idéias, ora questionando afirmações e dicotomias aparentemente forçadas, agora a sensação

(esse é o termo exato) era a de que "distanciar-se para pensar não é preciso", porque "precisas" tampouco conseguiam ser minhas categorias de julgamento. Não sei se decidi deixar-me levar pela contundência da escrita-fato, sei que naveguei com palavras, pensamentos biliosos/belicosos e sentimentos miscigenados até o final do livro. Talvez porque — como Freud nos ensinou — intimidade e sexualidade e, seu avesso, a agressividade são muito mais do que temas... Pegam-nos a todos em nossa mais íntima constituição. Some-se a isso o paradoxo que atravessa o livro de que lá, na relação familiar adulto/criança, onde deveria haver a proteção — segundo expectativa e suposição sobretudo do pensamento moderno —, existe a exposição à violência. Impossível, portanto, resistir ao texto. Impossível lê-lo sem passar por esse estranho caminho de ler-se a si próprio.

Assim sendo, resenhar é uma missão muito difícil. Optei por tomar um capítulo inteiro e início de outro, e então articular as informações, o teor de sua apresentação e de seus efeitos. Ou seja, na particularidade de pouco mais de um capítulo, encontrar-se-iam o estilo do livro bem como os fatos que comunica. Trata-se do relato de uma pesquisa assinada por Maria Amélia Azevedo, Viviane Guerra e Nanci Vaiciunas, e da abertura para a exposição de projetos e programas da iniciativa privada e/ou oficial na esfera do atendimento à criança vitimizada no perímetro da casa-lar, e no interior dos vínculos familiares. Vejamos como se movem, aí, os afetos.

Em "Incesto ordinário: a vitimização sexual doméstica da mulher-criança e suas conseqüências psicológicas", as pesquisadoras citam Foward e Buck para argumentar a propósito do poder do incesto que ronda todas as famílias: "Não há um estranho de que se possa fugir, não há uma casa para onde se possa escapar. A criança não se sente mais segura nem mesmo em sua própria casa. A vítima é obrigada a aprender a conviver com o incesto (...) O agressor está sempre presente".

Neste texto, diferencia-se incesto *ordinário* ("aquele que é mais freqüente, o incesto pai-filha") e o in-

cesto *extraordinário* (que "compreende aquelas ocorrências que são raras ou pouco difundidas"). É o caso de incesto mãe-filho, que, segundo as autoras, tem poucos casos documentados, apenas 12 em toda a literatura.

Se um leitor, garantindo distância, identifica um quê de ideologia feminista e de linearidade teórica, logo tomará partido das autoras. Isto acontecerá quando elas situam o problema da violência sexual entre os estudos que enfatizam as conseqüências negativas do abuso sexual na infância e aqueles que as negam; ou ainda, quando, atribuindo voz a crianças e adolescentes com queixas de incesto pai-filha, as pesquisadoras recorrem a entrevistas. Situam, então, efeitos psicológicos percebidos nas crianças: dificuldade de adaptação interpessoal, sexual (masturbação, problema de relacionamento sexual futuro) e afetiva (sentimento de culpa, fixação e idéias de morte e suicídio). "Todas essas dificuldades podem estar ligadas a um problema mais básico: o 'medo da intimidade' enquanto marca deixada por uma intimidade vivenciada como desagradável e mais ou menos coercitiva" (p.203). Faltou pesquisar ainda a figura da mãe, "essa parceira silenciosa do incesto", como afirmam as próprias autoras.

Ao final do capítulo, é transcrita uma entrevista com uma adolescente que teria sofrido um abuso sexual severo e continuado por parte de seu pai. Qualquer defesa dos direitos da criança é pálida imagem diante da contundência das cenas relatadas pela menina. Ali, confirmam-se a sensação de abandono, o medo, o prazer, a culpa, as tentativas de suicídio e a masturbação, numa condensação sem fim.

Algumas páginas depois, inicia-se o capítulo de "Políticas sociais", estendendo a questão do abuso sexual para outras formas de violência doméstica. A epígrafe é extraída de *Meu pé de laranja lima*, de José Mauro de Vasconcelos. O olhar de um menino (narrador) acompanha o pai, deprimido, sentado em uma cadeira de balanço, na ausência da mãe que trabalha. O desejo de comunicação com este pai faz o menino

cantarolar baixinho uma música sobre mulher nua. Com isso consegue seu intento: o pai sai do mutismo e pede para que repita a música. Ato contínuo, esbofeteia-o, sem explicar-lhe que aquilo não era um acalanto, mas uma ofensa. E a cena se repete seguidas vezes, até que o menino reage num desafio ao pai: que o mate então! É surrado até desfalecer. Quando acorda, a mãe e outras pessoas lavam suas feridas, mas não lhe aliviam a dor.

Mamãe passou a noite comigo e só bem de madrugada se levantou para preparar-se. Precisava ir trabalhar. Quando ela veio se despedir de mim eu me agarrei ao seu pescoço.

— Não vai ser nada, meu filho. Amanhã você ficará bom...

— Mamãe...

Falei baixinho, talvez a maior acusação da vida.

— Mamãe, eu não devia ter nascido. Devia ter sido como o meu balão...

Ela alisou tristemente a minha cabeça.

— Todo mundo deve ter nascido como nasceu. Você também. Só que às vezes você, Zezé, é levado demais...

Aqui, como em outras vezes, nos falta o fôlego. Inútil é tentar recuperá-lo até o final do livro, quando então os projetos para combater a violência doméstica de que as autoras participaram são descritos e analisados. São ainda mencionados outros, da iniciativa particular e oficial que foram desativados, vencidos pelo cansaço, pela falta de incentivos públicos ou por mudança de gestão no governo. Hoje, noticiam as autoras, ainda atuam o Núcleo de Atendimento a nível de saúde mental das vítimas e dos autores de violência sexual, ligado à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Pelo menos aí, apesar de se voltar especificamente para o tratamento, há duas novidades: o fato de a Universidade substituir o poder público no oferecimento de serviços e o fato de o atendimento se dirigir também ao agressor e não só à vítima.

As últimas linhas dedicam-se ao arrolamento do que ainda há por fazer. A essas alturas nossa cabeça arrola perguntas:

1) o que explicaria, no caso do incesto, essa condição de agressor estar sempre associada ao homem? por que são os pais que abusam das filhas e são os filhos que abusam da mãe?

2) como fazer para que as gestões de governo se dediquem com maior coerência e afinco a criar dispositivos de prevenção primária, secundária e terciária?

3) como organizar essas iniciativas para além do interesse eleitoral?

Sem conseguir responder tais perguntas, o fio de pensamento que nos resta acompanha algumas conclusões extraídas do texto:

1) o incesto pai-filha atinge cifras altíssimas (1 para cada 10 crianças) na sociedade americana, distribuindo-se entre todas as classes sociais;

2) esses números não são menores no Brasil, sequer é diferente a distribuição entre classes sociais (50% nas camadas populares e 50% nas classes média e alta);

3) a pobreza não pode mais hoje ser usada como explicação genérica para certas "mazelas" sociais;

4) a família não pode ser considerada uma instituição acima de qualquer suspeita no cuidado e proteção de sua prole;

5) os serviços de denúncia, atendimento terapêutico e prevenção são formas de que se dispõe para que certas violências domésticas, como as do abuso sexual, saiam da clandestinidade e do sentimento de vergonha e assumam suas reais proporções aos olhos da própria sociedade.

Um livro como este é prova viva de que ação política e produção teórica não são excludentes. É também um registro do que se tem produzido e pensado até o momento sobre um assunto que se quer tão longe, mas que insiste em se fazer tão próximo: a violência na intimidade.

Marlene Guirado